

EDUCAÇÃO

Número Temático - vol. 11 n. 1 - 2021

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2021v11n1p9-24



## O INVÓLUCRO DA NINFA

THE NINFA'S WELL

EL ENVOLTURA DE LA NINFA

Aline Ferraz Santos Gusmão<sup>1</sup>  
Djalma Thürler<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente trabalho é resultado de um projeto de intervenção na unidade escolar Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães (CELEM) da cidade de Caraíbas/BA, que pesquisa a performatividade dos corpos femininos no contexto escolar. O trabalho tem como objetivo compreender de que forma é possível observar uma relação de subalternidade de gêneros e um contexto de assédio relacionados à padronização do fardamento escolar. E tem como premissa a possível associação da vestimenta e da estrutura física dos corpos femininos a um comportamento abusivo de assédio do público masculino.

## PALAVRAS-CHAVE

Educação. Feminismo. Escola. Vestimenta.

## RESUME

This work is the result of an intervention project at the Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães (CELEM) school unit in the city of Caraíbas/BA, which investigates the performativity of female bodies in the school context. The work aims to understand how it is possible to observe a subordinate gender relationship and a context of harassment related to the standardization of school uniforms. And its premise is the possible association of clothing and the physical structure of female bodies to an abusive behavior of harassment of the male audience.

## KEYWORDS

Education. Feminism. School. Clothing.

## RESUMEN

Este trabajo es el resultado de un proyecto de intervención en la unidad escolar Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães (CELEM) de la ciudad de Caraíbas / BA, que investiga la performatividad de los cuerpos femeninos en el contexto escolar. El trabajo tiene como objetivo comprender cómo es posible observar una relación de género subordinada y un contexto de acoso relacionado con la estandarización de uniformes escolares. Y su premisa es la posible asociación de la vestimenta y la estructura física de los cuerpos femeninos a una conducta abusiva de acoso del público masculino.

## PALABRAS CLAVE

Educación. Feminismo. Escuela. Ropa.

## 1 APRESENTANDO O CENÁRIO

O único colégio estadual e de ensino médio da pequena cidade de Caraíbas<sup>3</sup>, o Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães (CELEM), é o principal cenário e foco deste texto. Os atores e atrizes deste cenário são, majoritariamente, jovens dos 14 aos 19 anos e adultos de idade mais avançada<sup>4</sup> advindos, a maior parte, da zona rural e, por essa razão, percorrem longas distâncias até a escola via transporte escolar municipal. Os/as estudantes são de maioria negra, de baixa renda, com um ensino fundamental comprometido.

Os mesmos ônibus que atendem os alunos e professores do colégio municipal também atendem os alunos e professores do colégio estadual. Os professores em sua maioria residem em Vitória da Conquista, cidade polo da região sudoeste. Os ônibus são muito antigos, sem cintos de segurança, com sérios problemas mecânicos e de estrutura física – costumam quebrar na estrada, além de provocarem acidentes com os passageiros que por vezes fazem o trajeto em pé. O percurso de Vitória da Conquista para Caraíbas é de cerca de 80 km, professores e alunos se arriscam diariamente.

Faz parte da rotina dos professores ministrar aulas para alunas gestantes ou com seus filhos em sala de aula. A cidade apresenta um elevado índice de estupros, casamentos precoces, violência doméstica e feminicídio, ou seja, a violência de gênero é parte inconteste do cotidiano das estudantes, a maioria de orientação religiosa cristã. As igrejas evangélicas da cidade costumam ter muita influência no ambiente escolar. Os alunos demonstram pouca e às vezes quase nenhuma tolerância à diversidade de gênero e de sexualidade. Existem alunos gays e alunas lésbicas assumidas. As alunas lésbicas são muito mais bem aceitas na comunidade escolar do que os alunos gays – principalmente os rapazes com performance tida como “feminina” pela heteronorma.

A realidade das alunas de Caraíbas, repleta de gestações indesejadas e conseqüentemente casamentos precoces, por pressão social, é mais uma característica típica de como a heteronorma impacta nos papéis de gênero. Essa ótica hegemônica, assegurada pelas instituições e pelo núcleo familiar quanto ao corpo feminino, é a de objeto garantidor da volúpia masculina e da reprodução humana. Caberia, portanto, à mulher o papel de subjugação e aceitação imediata das decisões e desejos masculinos, ao homem o papel decisório de toda a estrutura econômica da família e das ações relevantes à esfera pública: mulheres na esfera privada e homens na esfera pública, mulheres com os afazeres domésticos, homens com o sustento do lar, mulheres com a maternidade compulsória, homens com a paternidade ausente, e assim por diante.

Foi diante dessa realidade que nos vimos provocados em refletir sobre o papel que os corpos femininos têm assumido dentro do âmbito escolar e como esses corpos podem deixar de serem elementos de cobiça e abuso para serem elementos de autoafirmação e empoderamento (BERTH, 2018).

---

3 Caraíbas é um município da região sudoeste do estado da Bahia, distante cerca de 585 quilômetros da capital, Salvador. Sua população estimada é de 9.612 habitantes. Possui apenas um colégio de ensino médio, o Colégio Estadual Luis Eduardo Magalhães – CELEM.

4 A escola não tem turma Educação de Jovens e Adultos (EJA), portanto, no turno noturno os alunos adolescentes e os adultos têm o mesmo ensino adaptado a critério do professor, mas sem um planejamento pedagógico adequado.

Dá a necessidade de se questionar a figura hipersexualizada do corpo juvenil feminino amplamente divulgado na indústria pornográfica, ilustrado pela configuração da ninfeta e os efeitos dessa visão no cotidiano escolar dessas jovens, a partir do fardamento escolar, que atua como um invólucro de disfarce, como se houvesse um grande pecado em deixar aparentes os contornos geneticamente projetados, de modo que perdem o direito sobre seus próprios corpos. Esse texto, então, colabora com a luta contra os “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 1975, p. 126).

## 2 O CORPO ENQUANTO CAMPO DE DISPUTAS DE PRODUÇÃO DE VERDADES E LEGITIMIDADES

Os corpos são objetos passivos de uma instrumentação minuciosa e microestrutural de disciplina e de controle. Todas as ações individuais seguem um *modus vivendi* necessário à manutenção da heteronorma – que assegura não apenas uma padronização da sexualidade – taxativamente heterossexual –, como, também, das performances quanto ao gênero. O gesto, a vestimenta, a fala, a afetividade, a sexualidade e todos os demais comportamentos humanos são medidos e esquadrihados numa relação de poder, que faz com que a performance social, jamais seja essencialmente espontânea, mas, sim, uma invenção da natureza, pensando com Segato (2018), formatada numa relação de poder latente em todos os processos de socialização, tão presente e tão arraigada em nossa cultura que se torna quase imperceptível, porque

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e o delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos. (FOUCAULT, 1979, p. 182).

Por isso a importância em discutir, garantir ao alunado o direito à dúvida, acentuar a capacidade reflexiva, o pensar sobre si, experienciar empatia a partir da compreensão do outro. É trocar o estranhamento, o etnocentrismo e o preconceito pela valorização do ensino pela diferença, cujo “desao se impõe e evoca a necessidade de dramatizar o pensamento para então, torná-lo crítico e experimental” (FELDENS; ANDRADE; VIEIRA, 2020, p. 6).

A realidade que se impôs no Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães foi o uso indiscriminado pelas alunas – em pleno sertão nordestino, na caatinga, região de temperaturas médias de 30º graus Celsius, com baixíssimo índice pluviométrico – inclusive durante as aulas de educação física, de calças jeans. Não era recomendado o uso de calças de qualquer outro material, principalmente calças tipo *legging* sob o argumento de “marcar muito o corpo”.

Além disso, as alunas são obrigadas a usar, também, a *legging* por baixo da calça jeans, para, caso a calça apresentasse alguma abertura, não deixasse à mostra a pele das pernas. O descumprimento desta recomendação seria suficiente para o impedimento da entrada das discentes e, caso as alunas

driblassem a fiscalização da portaria e conseguissem adentrar o colégio, quando flagradas, além de receber uma advertência escrita, eram expostas numa espécie de *cultura da vergonha* (SANTOS, 2016) na qual o diretor da instituição expunha ao ridículo todas as alunas, uma prática abusiva e misógina, “que desempenha um papel adaptativo e regulador da ligação social” (SANTOS, 2016, p. 1).

A partir de vários relatos em conversas informais (alunos homens, por exemplo, podem fazer uso de bermudas em dias de calor), pudemos compreender que a padronização do fardamento tinha como principal função a embalagem, a cobertura, a criação de um invólucro tal que escondesse, que minimizasse a imagem do corpo feminino e suas curvas. Um claro processo de naturalização do assédio e da cultura do estupro, além de culpabilização da vítima e restrição da liberdade ao próprio corpo da mulher, o que torna a figura mitológica da ninfa<sup>5</sup> muito latente no cotidiano das adolescentes.

A ninfeta, constantemente cobiçada, é vítima de ataques sexuais constantes e seu principal *pecado* é deixar-se à mostra, intencionalmente, passe livre para a violação. Essa cultura do estupro reflete bem os papéis fixados por um regime heteronormativo, muito bem consolidado nos sistemas educacionais brasileiros, por exemplo, que encorajam a produção de identidades estáveis que estejam de acordo com as normas reguladoras do gênero, ou seja, que reconheçam a identidade heterossexual e as expressões de gênero socialmente esperadas com o totalmente humano, normal e natural.

Por outras palavras, são normas que incitam as pessoas a estabelecer relações coerentes entre “sexo, gênero, prática sexual e desejo”, condenando os corpos e identidades que desobedecem a esta sequência a serem interpretados como réplicas, cópias ou repetições grosseiras de construções heterossexuais, sendo assim deslocados para o lugar do abjeto, o lugar periférico ocupado por não sujeitos (BUTLER, 2013). A heteronormatividade, também, silencia, objetifica e hipersexualiza e, paradoxalmente, torna as mulheres defensoras do regime que as vitimiza; as oprimidas se tornam reprodutoras do discurso do opressor.

Toda essa jornada de imposições de gênero

Requer uma performance repetida. Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação, [...] essas ações têm dimensões temporais e coletivas, e seu caráter público não deixa de ter consequências; na verdade, a performance é realizada com o objetivo estratégico de manter o gênero em sua estrutura binária. (BUTLER, 2013, p. 200).

O gênero é a compreensão própria de si, é a somatória de várias unidades representativas de significados no contexto social. Sendo assim, uma peça de roupa como um vestido, deixa de ser meramente uma peça de roupa qualquer, mas um adereço de performatividade. Quem usa um vestido ou um batom manifesta o feminino, torna latente a representação do “ser mulher”, porque

5 Ninfas (em grego  $\mu$ ) na mitologia grega, são espíritos naturais femininos, ligados a um local ou objeto particular da natureza. Muitas vezes, ninfas compõem o aspecto de variados deuses e deusas. São frequentemente alvo da luxúria dos sátiros. As ninfas seriam fadas sem asas, leves e delicadas. São a personificação da graça criativa e fecundadora na natureza. Ainda segundo o dicionário Michaelis, existem quatro definições: 1. Divindade menor que habitava os rios, os bosques, as montanhas etc. 2. Mulher jovem, graciosa e bonita. 3. Cada um dos pequenos lábios da vulva. 4. Segundo estágio dos insetos hemimetabólicos; pupa.

O gênero é instituído mediante atos internamente descontínuos, então a aparência de substância é precisamente isso, uma identidade construída, uma realização performativa em que a plateia social mundana, incluindo os próprios atores, passa a acreditar, exercendo a sob a forma de uma crença. (BUTLER, 2013, p. 200).

Essa plateia social, como Butler denomina, tem os sentidos orientados para padrões comportamentais que caminhem junto ao padrão heterossexual, cisgênero, branco, burguês e europeu. O comportamento do ator social pode romper e sobrepor todas as expectativas dos arquétipos da heteronorma em nome de um processo mais forte de externalização de um processo interno de identificação.

É precisamente nas relações arbitrárias entre esses atos que se encontram as possibilidades de transformação do gênero, na possibilidade da incapacidade de repetir, numa deformidade, ou numa repetição parodística que denuncie o efeito fantasístico da identidade permanente como uma construção politicamente tênue. (BUTLER, 2013, p. 201).

Nem todos tem a consciência da constante atuação performática de nossos corpos. Mas é precisamente nas relações de controle corpóreo que conseguimos identificar os efeitos doutrinadores e docilizadores de um conjunto de normas heteronormativas.

A heteronormatividade estrutural, assim, homogênea e padroniza as identidades, oferecendo aos adolescentes e jovens, formas de estar no mundo que são construídas de forma binária e assimétrica, por isso, a retomada do poder feminino sobre os próprios corpos e a atuação independente como agentes sociais transformadores, não se dá do dia para a noite, nem desconectada da realidade dessas jovens.

É preciso estar imerso na realidade, é necessário analisar, de forma interseccional, como as estruturas de segregação e opressão de gênero impactam definitivamente a vida das adolescentes no âmbito escolar. Não à toa, a fim de compreender como os processos microestruturais contribuem para um controle e consequentemente docilização de corpos femininos em diferentes contextos espaciais: público X privado, trazemos como referencial teórico autoras do feminismo negro que nos auxiliam na observação desses corpos e suas respectivas performances quanto à sexualidade e seu processo identitário.

As relações de gênero, como fizemos notar, evidenciam que são, também, relações de opressão de gênero presentes no domínio escolar e, por mais que se procure invisibilizá-las ou disfarçá-las, elas existem e com a participação ativa da instituição de ensino. Deste modo “a mudança nega o que é mudado e o resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz a um desenvolvimento e não a um retorno ao que era antes” (GIL, 2008, p.13), ou seja, por mais que a escola tenha a função de instruir e emancipar, às vezes a própria contribui para o inverso. Mas é possível pensar no trânsito insubordinado, na implementação de estratégias que “desafiam o monopólio de heranças clássicas de verdades únicas, masculinas, heterossexuais e brancas” (THÜRLER, 2018, p. 14) que, entre outros fatores, transpõem a barreira do perigo da história única (ADICHIE, 2017, p. 52), das grandes narrativas.

A partir dessa percepção de opressão, podemos inferir que o espaço físico no qual os corpos operam, se ocupam e se expressam, também são espaços de opressão. As esferas públicas e privadas demarcam e estipulam claramente os comportamentos, vestimentas, falas e até mesmo juízos como devidos e

indevidos. A vida social seria, portanto, a interseção entre a esfera pública e privada, sendo que, aparentemente, na esfera privada existiria maior nível de liberdade enquanto na pública um maior controle social. Com isso, podemos afirmar que as instituições educativas não fogem aos sistemas opressivos, são, genérica e sexualmente neutras, mas, se configuram como profundamente heteronormativas.

O fardamento escolar, foco desse texto, é uma vestimenta padronizada escolhida para uma performance da/na esfera pública e, nesse sentido, leva ao debate sobre o que é devido ou não na esfera pública em oposição à esfera privada. Significa, pois, que contribui para a produção de temas hegemônicos generalizados e sexualizados, por meio do que Guacira Lopes Louro (2000) denominou por “pedagogias da sexualidade”, pelos quais os corpos que passam por estes espaços são ensinados, disciplinados, medidos, avaliados, examinados, corrigidos, aprovados ou rejeitados, estabilizados, categorizados e marcados.

A escola enquanto dispositivo do Estado, portanto, cumpriria a função de garantir um comportamento delicado, meigo e sutil ao gênero feminino, ao passo que ao gênero masculino ficasse assegurado o comportamento rude, insensível e muitas vezes dotado de truculência, afinal, “o Estado é a superestrutura em relação a toda uma série de redes de poder que investem no corpo, sexualidade, família, parentesco, conhecimento, tecnologia, etc.” (FOUCAULT, 1988, p. 122).

É assim que a mecânica do poder molda e controla tanto a anatomia quanto tudo que perpassa a performatividade dos corpos. Isso recai sobre as vestimentas e todo e qualquer performance social. Deste modo, por meio da biopolítica, se garante que os indivíduos façam o que se quer e como se quer, ainda, “para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz de o poder saber um agente de transformação da vida humana (FOUCAULT, 1988, p. 132).

### 3 AS ETAPAS DA DISCUSSÃO

Para imprimir discussões para a formação de um pensamento reflexivo e transformador sobre os processos de opressão de gênero, optamos, em uma primeira etapa, por Rodas de Leituras que foram realizadas com alunos e alunas das três séries do Ensino Médio. A presença dos alunos foi importante, a fim de compreenderem, também, a relação de privilégio que eles têm tanto quanto às restrições do fardamento escolar, à exposição e ao assédio.

Nessas Rodas de Leituras, trechos das obras “O perigo de uma história única” (2019), “Para educar crianças feministas” (2017) e “Sejamos todos feministas” (2015), da autora Chimamanda Adiche serviram como instrumento de diálogo sobre o assunto, com o intuito de assegurar a eles/elas a compreensão de que as relações de opressão de gênero não são naturais, mas, sim, culturais. A motivação para que essa autora fosse escolhida, além do material de linguagem acessível à realidade de estudantes da zona rural do interior do nordeste foi, também, a representatividade. Chimamanda Adiche é nigeriana, e já que a maior parte dos alunos são pretos seria interessante que eles tivessem acesso a uma autora preta.

“O perigo de uma história única” (2019) auxilia a compreensão de que nem tudo que é estipulado como normal ou anormal, natural ou artificial, correto ou incorreto é porque sempre o foi, mas, sim,

porque faz parte de um ponto de vista, ou seja, de uma narrativa. “Para educar crianças feministas” (2017) auxilia o aprendizado dos discentes por servir como um manual de bolso de como criar uma criança sem as amarras da opressão do patriarcado. Essa leitura irá proporcionar um repensar sobre a criação que eles tiveram de seus pais, ou que eles têm dado aos próprios filhos (para quem já é mãe ou pai) e, por fim, a obra “Sejamos todos feministas” (2015) facilita o aprendizado das pautas de reivindicação do feminismo, a desmistificação e preconceito sobre o próprio movimento.

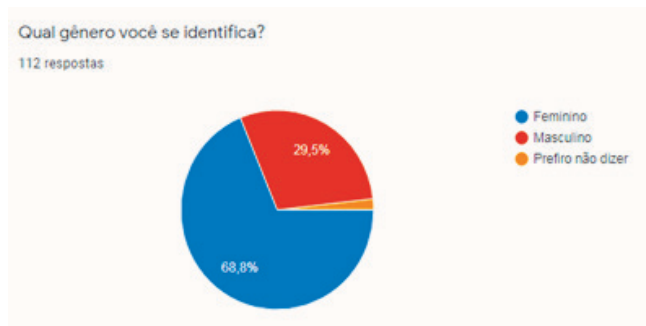
Na segunda etapa, aplicamos um questionário com a intenção de mapear e registrar as opiniões, sensações e sentimentos do corpo discente quanto ao fardamento feminino. O questionário, enquanto

[...] técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2008, p. 121).

Foi um recurso para o exercício da escuta e captação de informações que garantiu a participação ativa dos envolvidos. Por outro lado, o questionário, também, reuniu propostas de um fardamento inclusivo e inovador, já que os/as estudantes tiveram espaço para desenharem os seus próprios croquis de fardamento, inspirados ou não em exemplos de outras escolas. Além disso, o questionário poderá ser utilizado posteriormente como banco de dados a ser apresentado ao núcleo administrativo e pedagógico da unidade de ensino, podendo ser utilizado inclusive para se repensar o fardamento e posteriormente modificá-lo.

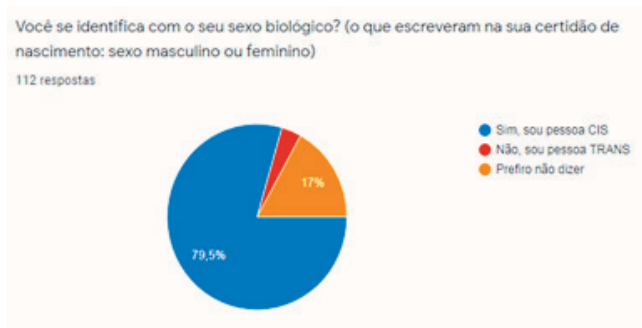
## 4 OS RESULTADOS

A seguir, apontaremos os resultados dos questionários que foram aplicados entre os dias 5 a 10 de julho de 2020, elencados na respectiva ordem de cada pergunta do escopo do questionário. O questionário abarcou um total de 122 estudantes (um número reduzido de alunos diante de um contexto pandêmico) de um total de 441 alunos do Colégio Luiz Eduardo Magalhães (CELEM) da cidade de Caraíbas/BA, dos três anos do Ensino Médio regular, de ambos os sexos, numa faixa etária de 14 a 30 anos de idade.



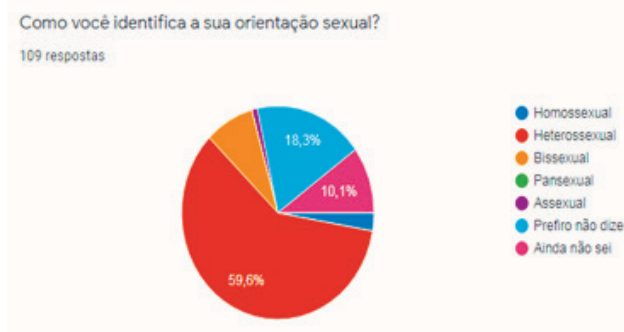


Das 112 pessoas entrevistadas, a maioria (77 pessoas) se identifica com o gênero feminino numa porcentagem de 68,8% enquanto os que se identificam com o gênero masculino (33 pessoas) totalizam uma porcentagem de 29,5%. Este gráfico, apesar de não ter um número expressivo, levando em conta a quantidade de discentes matriculados acaba por refletir uma amostragem significativa da realidade do colégio, pois a maior parte dos estudantes se identificam no cadastro da unidade de ensino como do sexo feminino. Duas pessoas preferiram não se manifestarem quanto a sua identidade de gênero, totalizando 1,8%.



Quatro de um total de 112 pessoas se identificaram com a identidade transexual, numa representação de 3,6%, sendo que 19 pessoas (17%) preferiram “não dizer” sobre sua possível identificação com o sexo biológico. Esses dados comparados ao gráfico anterior comprovam a incidência de pessoas transexuais no colégio (que não se identificam com o sexo biológico, nem com a imposição de identidade de gênero desde o seu nascimento). A maioria (89 pessoas) se identifica com a cisgeneridade, totalizando 79,5% das respostas.

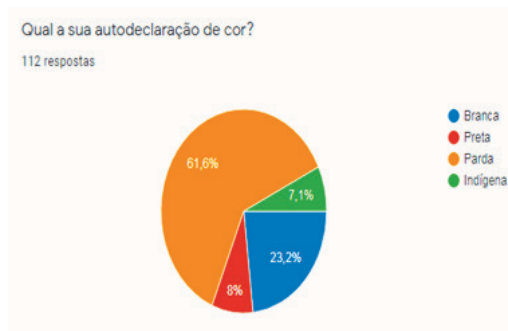
As duas pessoas que preferiram não dizer sobre sua identidade de gênero na primeira pergunta, não só se confirmaram na segunda pergunta, evidenciando a presença de pessoas trans, ou de pessoas que ainda não se sentem seguras para falar sobre a questão. A violência simbólica é tão forte que mesmo em um questionário anônimo, apenas quatro pessoas se identificaram como trans, o que garante a elas a qualificação na pergunta anterior no gênero masculino ou feminino; e o número de pessoas que prefeririam “não dizer” salta de duas pessoas (1,8%) para dezenove pessoas (17%).



É importante salientar que essa faixa etária de 14 a 30 anos de idade, ainda é uma fase de descoberta quanto à orientação sexual. Os resultados foram: Bissexual: 8,3%, Homossexual: 2,8%, Assexual: 0,9%, Prefiro não dizer: 18,3%, Ainda não sei: 10,1% e Heterossexual: 59,6%.

Como o foco da pesquisa eram as problemáticas que envolviam o gênero, e por saber quão delicado é falar de sexualidade numa cidade de poucos habitantes, de uma população majoritariamente cristã, preferimos deixar a resposta facultativa, por isso a redução nas respostas de 112 participantes para 109 participantes. Recebemos o comentário de alguns alunos assumidamente homossexuais que gostaram muito da primeira opção de resposta ser homossexual – foi proposital colocar essa opção como a primeira, porque tem um efeito simbólico importante quanto à representatividade e a retirada da visão de anormalidade ou de segundo plano.

122 alunos do colégio preencheram os questionários e desenharam croquis com propostas de um fardamento “ideal”, sendo a maioria autoidentificados como não brancos, do sexo feminino, cisgênero e heterossexual. Porém, quase a metade dos/das dicentes têm a sexualidade fora dos padrões da heteronorma. E menos de um quarto dos estudantes manifestam uma identidade de gênero destoante dos padrões cisnormativos.

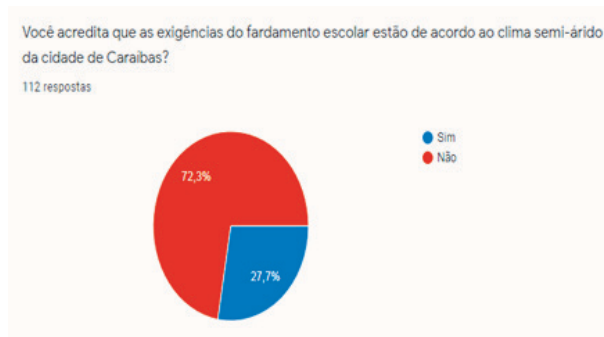
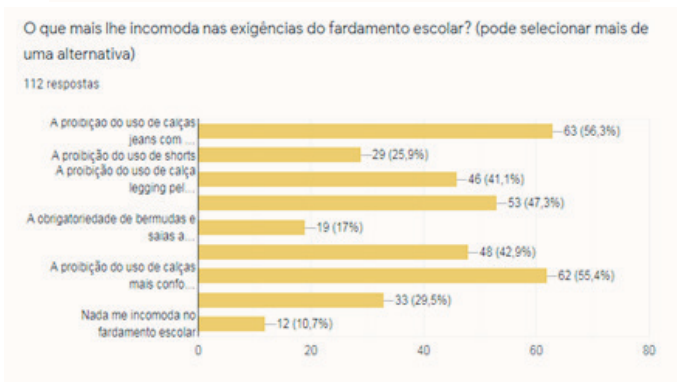
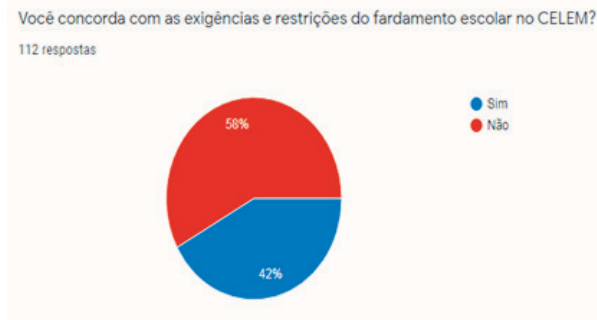


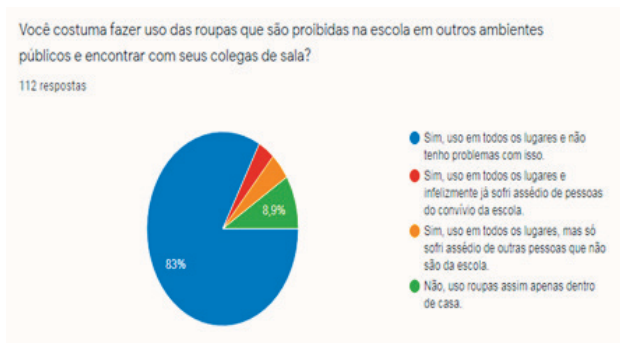
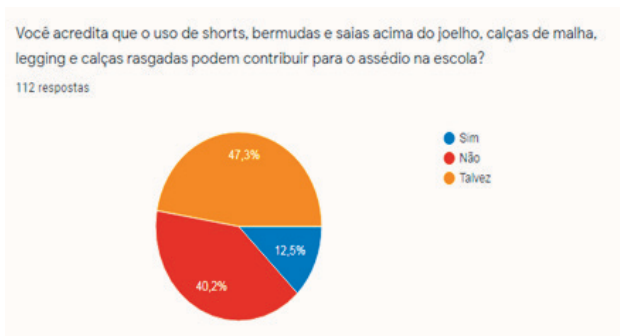
O processo de autodeclaração quanto à cor de pele evidencia uma característica comum a todas as pesquisas de estatística das ciências sociais da atualidade: o grande número de autodeclarados não brancos, porém, com resistência à categoria de cor preta. Dos 112 participantes 61,6% se identificam com a cor parda, 7,1% como indígenas (apesar de não existir nenhuma fonte historiográfica que comprove comunidades indígenas na localidade), apenas 8% das pessoas se identificam como de cor preta e 23,2% como brancas. Uma clara evidência de que apesar de a maioria se identificar como não-branco, o racismo institucional torna palavras como: negro e preto repulsivas e não desejadas.

Com relação ao fardamento escolar em si, é evidente discordância do corpo discente quanto às restrições e exigências, principalmente por conta do clima quente e árido da região, porém, é, no mínimo curioso, o fato da maioria reconhecer a possibilidade de aumento de casos de assédio na escola caso as roupas proibidas pela direção da escola sejam permitidas, apesar da quase totalidade afirmar fazer uso das vestimentas em seu cotidiano sem algum problema, de que nunca sofreram assédio na escola e de que a culpa do assédio seria do assediador e não da roupa.

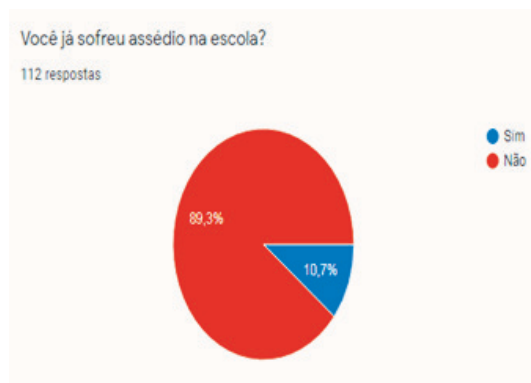
O índice de vítimas de assédio é ínfimo perto das pessoas que relatam não terem sofrido: já vítimas de assédio por pessoas do convívio da escola 3,6% e de outras pessoas que não são da escola 4,5%. E ainda que exista uma mudança de alguns comportamentos quanto a mudança da esfera pública para a privada, podemos observar uma contradição nas respostas.

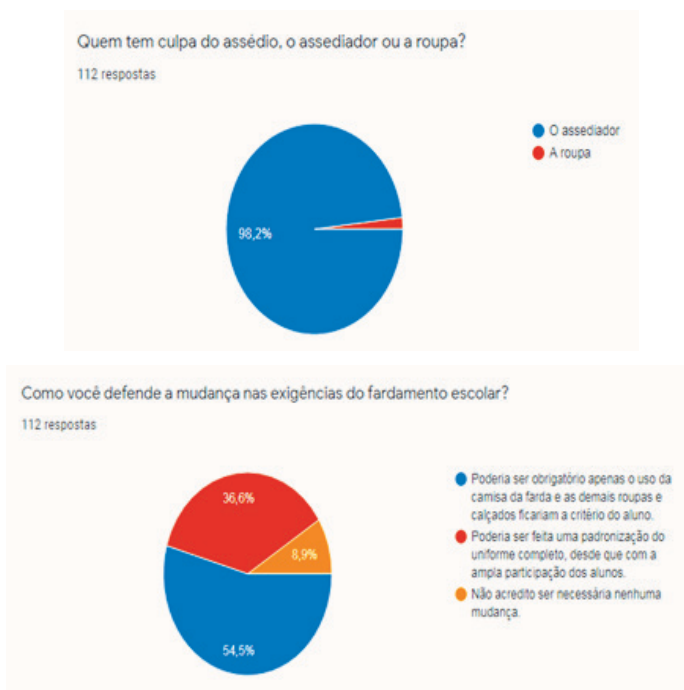
Se existe anseio por mudança do fardamento escolar, solicitando mais liberdade de escolha, pois tais vestimentas são comumente utilizadas, se quase nenhum discente alega ter sofrido assédio na escola e se é quase unânime que o assédio nada tem a ver com a roupa, por que os estudantes acreditam que roupas justas e curtas podem provocar um aumento no índice de assédio na escola?





Esses resultados conseguem confirmar a presença de um contexto de assédio velado na unidade escolar. Apesar de a maioria não ver problema algum em usar tais vestimentas fora da escola, reconhece a possibilidade de aumento de assédio na escola caso vestimentas que são proibidas deixem de receber tal veto.





Sobre o resultado das respostas discursivas, a análise se conclui em cinco padrões de resposta. O primeiro padrão de resposta é o da indiferença completa sobre o assunto; o segundo padrão de resposta é o da indiferença quanto ao assédio, tecendo apenas críticas sobre o fardamento; o terceiro padrão de resposta é o da indiferença quanto ao assédio e a concordância com o fardamento; o quarto é o do reforço de uma visão moralista sobre o uso e desuso de determinadas vestimentas e o quinto representa uma consciência clara de uma relação de subalternidade entre os gêneros, do patriarcado, do machismo e do sexismo com conseqüente indignação.

O quarto padrão de resposta pode ser identificado em parte dos croquis, realizados pelos estudantes. Alguns desenhos remetem aos uniformes clássicos colegiais típicos dos colégios em regime de internato de padrão europeu com clara divisão de sexos – os colégios internos para moças (com educação voltada à esfera privada, aos afazeres domésticos e criação de filhos) e os colégios internos para rapazes (com educação voltada para a esfera pública, ao conhecimento científico para a manutenção financeira do lar). Alguns dos desenhos chegam a propor uniformes tradicionais com gravatas, ou como a própria descrição de um dos croquis diz: “saias japonesas”.

Vale salientar que a boa parte dos desenhos se atentam apenas ao uniforme cedido pelo governo do Estado da Bahia, a blusa e deixa facultativo o uso da vestimenta inferior, inclusive sem as restrições estipuladas pela unidade de ensino. E a maioria dos croquis, se atentam quanto a elaboração de uma alternativa ideal de fardamento, que represente a sua identidade e que assegure a sua liberdade de escola.

É possível observar a inventividade e a criatividade de muitos deles. Boa parte de nossas vivências somente existem sob um *modus operandi* inquestionado graças à construção de narrativas tão bem consolidadas a ponto de naturalizarmos tais condutas. O belo, o aceitável, o imoral, o repulsivo – entre tantos outros parâmetros de avaliação – somente existem, após passarem pelo crivo daquilo que o sistema político-econômico-social entende como correto, o devido.

## 5 CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, o exercício da escuta foi importantíssimo para que se construísse um sentimento de pertença do alunado com a unidade de ensino. Além de garantir a representatividade, a pesquisa garantiu a reflexão sobre os papéis de gênero no âmbito escolar e suas respectivas performances. As próprias alunas, em conjunto com os alunos, repensaram a noção de autonomia e identificaram um processo de controle e docilização de corpos via fardamento escolar.

A hipótese do trabalho de que a performatividade dos corpos femininos e seu invólucro nas unidades escolares apontariam um comportamento abusivo de assédio do público masculino se confirmou em certa medida, pois a maior parte dos estudantes acredita que o uso de *shorts*, bermudas e saias acima do joelho, calças de malha, *legging* e calças rasgadas podem contribuir para o assédio na escola, ainda que maioria expressiva afirme nunca ter sofrido assédio na unidade escolar.

Foi possível, também, refletir coletivamente, externalizar suas inquietudes sobre as limitações impostas pelas regras de fardamento escolar e concluir que as proibições do fardamento escolar, além de limitar a liberdade das estudantes, desvia o foco do problema para os corpos femininos em vez de dar atenção ao verdadeiro causador do discurso moralista tão comum aos habitantes da zona rural e de cidades pequenas, o patriarcado.

## REFERÊNCIAS

- ADICHE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ADICHE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ADICHE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- BERTH, J. **O que é empoderamento**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro. Trad. Renato Aguiar. Civilização Brasileira, 2013.

FELDENS, D.; ANDRADE, L.; VIEIRA, J. **Processos formativos & diversidades**: educação para a diferença. São Cristóvão: UFS, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Soberania e Disciplina. *In*: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

LOURO, G. Lopes Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, G. Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.

SANTOS, N. F. **Comportamento, autoconceito e experiências de vergonha em adolescentes A**. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, 2016.

SEGATO, R. **Contra-pedagogías de la crueldade**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

THÜRLER, Djalma. “Sabedoria é desaprender” – notas para a construção de uma política cultural das margens. *In*: SILVA, Gimima; PUGA, Lúcia; RIOS Otávio (org.). **Alfabetização política, relações de poder e cidadania**: perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

---

**Recebido em:** 22 de Maio de 2021

**Avaliado em:** 4 de Junho 2021

**Aceito em:** 25 de Junho 2021

---



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

---

1 Especialista em Gênero e Sexualidade – UFBA; Bacharel em Direito pela Faculdade Independente do Nordeste; Licenciada em Ciências Sociais – UESB; Pós-graduanda em História: Política, Cultura e Sociedade – UESB; Advogada criminal popular e Socióloga; Educadora em Direitos Humanos (Programa de Educação em Direitos Humanos - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.). E-mail: [alinefusmao@gmail.com](mailto:alinefusmao@gmail.com)

2 Membro do GT Arte y Política da CLACSO e especialista em gestão e políticas culturais pela Universidade de Girona (Espanha); Investigador do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Cultura e Sexualidade – NuCuS/UFBA; Investigador Pleno do Centro de Pesquisa Multidisciplinar em Cultura – CULT/UFBA; Investigador Associado do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAE; Investigador Colaborador do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa – ILCML/Universidade do Porto (Portugal); Professor Permanente do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e Professor Associado III do IHAC/UFBA; Coordenador Adjunto Acadêmico da Câmara II - Sociais e Humanidades, da Área Interdisciplinar da CAPES. E-mail: [djalmathurler@ufba.br](mailto:djalmathurler@ufba.br)



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilha Igual CC BY-SA

